

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**TERMO N.º 061/2022 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL (RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO) EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO.**

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **TERRA MIX PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de conservação e manutenção do sistema viário municipal (recomposição pavimento asfáltico) em diversos locais do Município, oriundo do Pregão Presencial n.º 033/2021, Ata de Registro de Preços n.º 50/2021 e Processo de Compras n.º 1449/2021.

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Zeladoria e Manutenção Urbana, Sr. Rubens Fernandes da Silva e de outro lado a empresa **TERRA MIX PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI**, estabelecida na Rodovia Índio Tibiriçá, n.º 2505, sala 02, Ouro Fino Paulista, Ribeirão Pires – SP, CEP 09442-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.363.021/0001-34, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Angélica Megumi Sekitani Alves de Oliveira, portadora da cédula de identidade RG n.º 18.117.880-1, inscrita no CPF n.º 097.091.878-05, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de conservação e manutenção do sistema viário municipal (recomposição pavimento asfáltico) em diversos locais do município, conforme anexos que fazem parte integrante deste termo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. A Vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados da emissão da ordem de início dos serviços, órgão fiscalizador dos serviços, podendo ser prorrogado, a critério da PMETRP, nos termos do inciso I, artigo 57, da Lei 8.666/93.

2.2. Durante o período de vigência do contrato os gestores técnicos deverão informar através de relatório os dias em que o serviço permaneceu paralisado em decorrência de chuvas ou força maior, impossibilitando a sua execução.

2.3. Durante a execução dos serviços, caso seja necessário alterações de especificação de materiais, adequação de planilhas de orçamento, deverão ser acrescidos no prazo de vigência do contrato os dias em que o serviço permaneceu paralisado até a definição dos serviços a serem realizados, desde que o período paralisado não ultrapasse 60 (sessenta) dias.

2.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período contratual de 12 (doze) meses. Após esse período, caso necessário, poderá ocorrer prorrogação e os preços poderão ser objeto de atualização financeira, desde que a prorrogação não ocorra por culpa da contratada, hipótese, na qual, será aplicada o IPC-FIPE.

### **2.5. Do recebimento dos Serviços:**

2.5.1. A CONTRATADA deverá solicitar em 02 (duas) vias, o recebimento dos serviços, tendo a CONTRATANTE o prazo de até 15 (quinze) dias para lavrar o Termo de Recebimento Provisório de conclusão dos serviços, procedendo a um minucioso exame a fim de recebê-los provisoriamente.

2.5.2. O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos pela CONTRATANTE. Quando não aceitos, será lavrado Termo de Não Recebimento, o que importará na anulação da solicitação feita anteriormente, devendo a CONTRATADA, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços.

2.5.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Termo do Recebimento Provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a CONTRATANTE deverá lavrar o Termo de Recebimento Definitivo.

2.5.4. Os termos de Recebimento Provisório e Definitivo não eximirão a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

3.1. Pela prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATADA receberá as quantias individuais, perfazendo um valor total estimado para o presente Termo de Contrato de **R\$ 2.727.709,34** (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e nove reais e trinta e quatro centavos).

3.2. O contrato de prestação de serviços poderá, mediante requerimento da CONTRATADA, sofrer a partir do décimo terceiro mês de vigência, reajuste de acordo com a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), ou ainda na falta deste, pelo que melhor refletir a desvalorização da moeda. A partir de então ocorrerá dentro da menor periodicidade legalmente permitida.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

3.3. As despesas com a presente contratação serão cobertas com recursos classificados na dotação orçamentária sob a rubrica n.º 3.3.90.39.00 15.452.0019.2.197.

3.4. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos diretos, indiretos, e benefícios, necessários à perfeita execução do objeto desta contratação, sem inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.

3.5. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. As medições para efeitos de pagamento devem conter somente os serviços efetivamente executados mensalmente.

4.1.1. A critério da fiscalização poderá ser adequado o cronograma físico-financeiro ao calendário civil, ajustando-se na primeira medição a fração do mês correspondente.

4.2. A CONTRATADA efetuará sua medição e deverá apresentá-la a CONTRATANTE até o segundo dia útil do mês subsequente ao do período de medição.

4.3. A CONTRATANTE, dentro do prazo de (05) cinco dias úteis contados da data de apresentação da medição pela CONTRATADA, deverá proceder a seu exame, aprovando-a, e liberando a seguir para que a CONTRATADA expeça as respectivas faturas.

4.4. Para recebimento do pagamento pelos serviços executados e constantes na medição aprovada, a CONTRATADA emitirá as respectivas faturas.

4.5. O pagamento da medição será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal.

4.5.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

4.6. O pagamento das medições será vinculado à apresentação de cópia da folha de pagamento dos funcionários lotados no local dos serviços devidamente quitada, comprovantes de regularidade junto ao INSS e FGTS, bem como de outros encargos trabalhistas devidamente recolhidos, quando cabíveis (COFINS, PIS, VALE TRANSPORTE, CESTA BÁSICA, CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS), dos funcionários constantes da folha de pagamento do mês referente ao pagamento, sob pena de, não o fazendo, ficarem retidos os pagamentos;

4.6.1. Os comprovantes exigidos pelo item 4.6 deverão ser fornecidos à CONTRATANTE até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do recolhimento ou quitação, sob pena de reprovação da fatura apresentada pela CONTRATADA, e consequente indeferimento do pagamento da medição do mês a que se refere.

4.6.2. O pagamento da primeira medição será vinculado à apresentação dos comprovantes e número de Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do Engenheiro responsável, Preposto e Residente e cópia do recibo correspondente. O não fornecimento do comprovante referente ao último mês de serviço prestado, faculta à CONTRATANTE a aplicação de sanção constituída em multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. DA CONTRATADA:**

5.1.1. Para a execução do objeto, a CONTRATADA deverá observar as diretrizes básicas recomendadas pelas especificações dos serviços definidos no anexo III do edital, que fica fazendo parte integrante do presente contrato.

5.1.2. Manter na direção dos serviços, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto.

5.1.3. Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o pessoal cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pela CONTRATANTE, incluindo seu responsável pelos serviços.

5.1.4. Analisar do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do contrato e comunicar por escrito a Secretaria de Serviços Urbanos da CONTRATANTE as discrepâncias, omissões ou erros, inclusive quaisquer transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou lei, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do Contrato, sendo que a comunicação não ensejará a CONTRATADA o direito de reclamar no futuro, quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido, quer administrativa ou judicialmente.

5.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

5.1.6. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.1.7. Refazer às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato e os que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.

5.1.8. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

5.1.9. Responder, civil e criminalmente por todos os danos perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

5.1.10. Comunicar a Secretaria de Serviços Urbanos da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.1.11. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela CONTRATANTE, que serão fornecidas por escrito, desde que não infrinjam qualquer condição contratual.

5.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

5.1.13. A CONTRATADA deverá, para atender ao disposto no item 4.6, apresentar à CONTRATANTE, juntamente com a solicitação de aprovação de medição, relação contendo todos os nomes e números dos documentos de identidade dos funcionários que prestarem serviços no mês referente ao pagamento solicitado, para conferência pela Secretaria de Finanças do Município dos documentos apresentados.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

5.1.14. Responder, em caso de paralisação não autorizada dos serviços.

5.1.15. Não poderá a CONTRATADA paralisar os serviços em decorrência de retenção de pagamentos causados por ele, por desatendimento ao disposto nas cláusulas 4.6 e 5.1.13.

5.1.16. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. (Art. 70 da Lei 8.666/93).

5.1.17. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Art. 71 da Lei 8.666/93).

5.1.18. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item 5.1.17, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Art. 71 da Lei 8.666/93, § 1º).

### **5.2. DA CONTRATANTE:**

5.2.1. A CONTRATANTE registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas;

5.2.2. Aprovar a execução dos serviços;

5.2.3. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

5.2.4. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

5.2.5. Indicar um responsável pelo acompanhamento do contrato, que figurará como gestor do presente, a quem deve dirigir-se o representante da CONTRATADA para dirimir quaisquer questões pertinentes à presente avença.

5.2.6. Verificar e aprovar os serviços executados;

5.2.7. Providenciar a emissão das “ordens de serviço”, bem como das demais ordens de serviços específicas, que à critério da fiscalização, sejam necessárias para o controle e início de etapas dos serviços pela CONTRATADA.

5.2.8. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

5.2.9. Oferecer instalações com condições necessárias a realização do contrato;

5.2.10. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários.

### **CLAUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

6.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

6.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

6.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

7.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.4 Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

8.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

8.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

8.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

8.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas às peculiaridades dos serviços;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

8.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

8.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

8.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

8.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

8.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4. Atrasos injustificados no início dos serviços;

9.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

9.1.6. Subcontratação total do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE por escrito;

9.1.7. Desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instalação de insolvência civil;

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências.

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo. Independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses, casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação;

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RENUNCIA DE DIREITOS**

10.1. O não exercício por parte da CONTRATANTE de qualquer direito ou faculdade a mesma concedida no presente Termo de Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-lo a qualquer tempo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORÇA MAIOR**

11.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, e as atualizações posteriores, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Pregão Presencial n.º 033/2021** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. 305 do Processo de Compras n.º 1449/2021.



## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

12.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 03 DE JANEIRO DE 2022.**

**RUBENS FERNANDES DA SILVA**  
Secretário de Zeladoria e Manutenção Urbana

**TERRA MIX PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI**  
Angélica Megumi Sekitani Alves de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:

2) \_\_\_\_\_  
RG:

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO II – Especificações Técnicas

**1.1** Constitui objeto desta licitação o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL (RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO) EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO**, conforme discriminado abaixo.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Objeto
01	1.906,07	Ton	<b>RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO (TAPA BURACO) – SEM ABERTURA DE CAIXA (com utilização de caminhão térmico):</b> Conservação de pavimentos viários (tapa buraco) com utilização de equipamento térmico, incluindo equipe, fornecimento e aplicação da massa asfáltica, ano de fabricação mínimo 2016.
02	1.354,38	Ton	<b>RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO – SEM ABERTURA DE CAIXA COM FRESAGEM DO PAVIMENTO (com utilização de caminhão térmico):</b> Conservação de pavimentos viários com utilização de equipamento térmico, incluindo equipe, fresagem do pavimento asfáltico com espessura até 5cm, inclusive varrição e remoção do material fresado até 15km, com o fornecimento e aplicação da massa asfáltica, ano de fabricação mínimo 2016.
03	1.305,84	m <sup>2</sup>	<b>RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO – COM ABERTURA DE CAIXA PARA REGULARIZAÇÃO DA BASE (sem utilização de equipamento térmico).</b>
04	221,64	m <sup>2</sup>	<b>RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO – COM ABERTURA DE CAIXA PARA REFORÇO DO SUB LEITO (sem utilização de equipamento térmico).</b>

**1.2.** Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do D.N.I.T., seguindo a seguinte metodologia:

- requadramento do buraco com martelete, serra diamantada, ou outros equipamentos adequados ao trabalho;
- preparo da superfície do buraco, inclusive com a varrição das bordas e remoção dos detritos (pó, terra, pedras, lama, água, etc.);
- execução de pintura de ligação com emulsão;
- aplicação de concreto asfáltico;
- compactação com rolo compactador ou placa vibratória;
- para buracos com profundidade acima de 5 cm e inferior a 10 cm, a compactação da mistura aplicada deverá ser em duas camadas;
- para buracos com profundidade superior a 10 cm, deverá ser analisado pela Fiscalização da Contratante, para que seja executada a correção de base ou reforço da sub base com material complementar (bica corrida ou BGS, rachão) a ser fornecido pela contratante e compactado, antes da colocação da mistura asfáltica, até a cota de (-5,0 cm e/ou -10,0 cm);
- remoção do material excedente e restos de entulho;
- os resíduos oriundos dos serviços de limpeza, requadramento e abertura de caixa (caso necessário e aprovado pela Fiscalização), deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após a completa execução do serviço;

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- medição da área tapada e/ou recuperada, para constar na ficha de produção diária;
- demais métodos executivos pertinentes, aplicáveis aos leitos carroçáveis, previstos nas normas técnicas em vigor à época da execução dos serviços.

1.3. Os materiais (concreto asfáltico, emulsão para a pintura de ligação, ou seus componentes) necessários à prestação dos serviços, serão disponibilizados pela Contratada e os materiais (bica corrida e /ou BGS – Brita Graduada Simples, rachão e/ou pedra n.º 04, necessários a execução dos itens 03 e 04 da tabela estimativa integrante deste anexo I, serão disponibilizados pela Contratante.

1.3.1 Na ocasião do início dos serviços, a contratada receberá da Unidade Requisitante a relação dos locais dos serviços a serem executados.

1.3.2 A produção média estimada do (item 01 e item 02 – tabela estimativa) é de 416 (quatrocentos e dezesseis) toneladas por mês de massa asfáltica aplicada, totalizando 4.992 (quatro mil, novecentos e noventa e dois ) toneladas/ano.

1.3.3 A produção média estimada do (item 03 e item 04 – tabela estimativa) é de 390,00 (trezentos e noventa) metros quadrados por mês de recomposição de pavimento asfáltico – com abertura de caixa para regularização da base e reforço do subleito, totalizando 4.680 (quatro mil, seiscentos e oitenta) m2/ano.

## 2. RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal, equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estarem em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem às exigências.

2.2 A quantidade mínima de Equipamentos e Mão de Obra a serem apresentados para a execução dos serviços são:

### Equipamentos

Quantidade	Máquinas / Equipamentos
01	Caminhão com caçamba térmica de 7,5 m³ (no mínimo), equipado com cabine para transporte de funcionários
01	Rolo compactador vibratório tandem Dynapac LR 95 ou similar de 1 a 1,9 t com carreta
01	Tanque de emulsão c/ 250 litros de capacidade (no mínimo)
01	Compressor de ar
01	Martelete de 20 a 30 kg
01	Placa vibratória mod. Dynapac lf81 ou similar
01	Serra com disco adiamantado para corte de pavimento
01	Caminhão Basculante capacidade de no mínimo 4,0 m³, com engate para puxar uma carreta.
01	Mini carregadeira bobcat S130 ou similar com acoplamento e instalação para implemento fresa, com carreta

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

01	Implemento fresador para mini escavadeira, com no mínimo 35 cm e no máximo 50 cm
01	Retroescavadeira capacidade caçamba 0,76 m³ (no mínimo)
01	Perua Kombi ou similar

### Mão de Obra

Quantidade	Funcionários
01	Técnico nível médio com formação em edificações, construção civil, terra-planagem ou edificações – devidamente registrado no CREA
01	Encarregado
02	Rasteleiro
05	Ajudante Geral
01	Operador de mini carregadeira com fresa
01	Motorista caminhão térmico
01	Motorista caminhão basculante cap. 4 m³
01	Operador de rolo compactador
01	Operador de retroescavadeira
Encargos Sociais	

**2.3** A CONTRATADA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.

**2.4** O padrão dos uniformes a serem utilizados pelos funcionários da CONTRATADA será definido pela contratante, com substituições, de acordo com a legislação.

**2.5** A CONTRATADA deverá afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**2.6** Os serviços serão prestados de segunda-feira a domingo, observado um dia de descanso semanal aos empregados da CONTRATADA.

**2.7** Os veículos/equipamentos deverão atender as normas exigidas pela legislação de trânsito.

**2.8** Durante toda execução do objeto contratado os caminhões deverão ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação.

**2.8.1** Para a execução dos serviços de corte, requadramento e preparo de superfícies, abertura de caixa (caso necessário), deverá ser utilizado caminhão basculante com capacidade volumétrica mínima de 4 m³, acoplado com compressor de ar, martelos pneumáticos e placas vibratórias para perfeita compactação do material complementar a ser utilizado como base.

**2.8.2** As placas vibratórias somente poderão ser utilizadas nos locais inacessíveis ao rolo compactador.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**2.9** O caminhão a ser utilizado deverá possuir caçamba térmica, com capacidade para 7,5 m<sup>3</sup> (no mínimo) de massa asfáltica, conjunto hidráulico com rompedor de 20 a 30 kg, esparçador de emulsão asfáltica, bico de ar comprimido para remoção do material fino do local a ser recuperado, maçarico manual para secagem da superfície, tanque de emulsão de no mínimo 250 litros, descarga automática de massa através de bica, sistema de aquecimento de caçamba Térmica, depósitos de resíduo de no mínimo 1,0 m<sup>3</sup>, plataforma para transporte de placa vibratória, reboque para transporte em tandem de rolo compactador, holofotes de 300 W ou superior, ano de fabricação 2016 ou mais recente, com cabine para 6 ocupantes.

**2.10** O caminhão deverá dispor de dispositivo de rastreamento. (rastreamento GPS).

**2.11** No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da CONTRATADA.

**2.12** Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome do COMPROMISSÁRIO e um número de telefone para eventuais reclamações.

**2.13** O Caminhão deverá conter em ambos os lados da carroceria e na tampa traseira, placas nas dimensões de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura por 0,60m (sessenta centímetros) de altura, com o BRASÃO da Prefeitura no canto esquerdo, bem assim com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES - SP – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.

**2.14** Todos os veículos/equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços deverão ser submetidos a vistoria técnica pela unidade contratante, que expedirá "Laudo de Conformidade".

**2.15** Além das condições previstas neste Edital, será verificada na vistoria técnica a isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização e sinalizadores, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos/equipamentos.

**2.16** Havendo necessidade de substituição dos veículos/equipamentos o substituto deverá igualmente ser submetido a vistoria, a ser realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, na presença do representante legal do COMPROMISSÁRIO.

**2.17** A substituição de caminhão térmico de eixo traseiro duplo (9 t), por caminhão toco (5 t), será tolerada, por solicitação da empresa para otimização dos serviços e autorização prévia da fiscalização, quando os serviços forem executados em vias de difícil acesso, não superando 30% da quantidade mensal contratada.

**2.18** Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

**2.19** São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semi facial descartável vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

### **3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**3.1** Os serviços deverão ser executados dentro da boa técnica, em conformidade com as normas de reparação de pavimentos constantes no Manual de Manutenção Rodoviário do D.N.I.T., especialmente no tocante à preparação do local objeto de intervenção, nivelamento e compactação da mistura asfáltica aplicada, limpeza do local e sinalização de segurança.

**3.2** A temperatura de aplicação e compactação da mistura asfáltica deverá ser maior ou igual a 115°C.

**3.3** A CONTRATADA se obriga a manter um termômetro em cada caminhão, podendo o engenheiro/responsável pela fiscalização aferi-lo em qualquer laboratório, sem prejuízo ao andamento dos trabalhos.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**3.4** Caso, no momento da aplicação, a temperatura da massa asfáltica seja inferior a 115°C, o material não deverá ser aplicado, devendo a contratada se desfazer da massa asfáltica restante.

**3.5** Para cada frente de trabalho, os serviços deverão obrigatoriamente seguir programação a ser estabelecida pela unidade requisitante, devendo a mesma priorizar o atendimento às solicitações dos munícipes.

**3.6** Os serviços diários deverão obrigatoriamente seguir programação a ser estabelecida pela unidade contratante, para cada frente de trabalho.

**3.7** A programação deverá prever o trajeto a ser observado, mediante as providências necessárias junto ao respectivo órgão responsável pelo trânsito, de modo a otimizar os serviços.

**3.8** Cada Unidade Administrativa deverá prever uma segunda programação alternativa para garantir a CONTRATADA a condição de cumprimento da meta prevista para produção mensal.

**3.9** A programação diária do trabalho será fornecida a CONTRATADA no dia anterior à execução dos serviços.

**3.10** A programação diária somente poderá ser alterada para atendimento de serviços supervenientes prioritários, desde que devidamente justificado no relatório diário de serviços.

**3.11** Na impossibilidade de execução da programação de trabalho pré-estabelecida, caberá ao engenheiro/ responsável pela fiscalização analisar a situação descrita pela CONTRATADA, bem como designar, se for o caso, outro local de trabalho.

**3.12** Os veículos de carga deverão apresentar-se no local indicado pela fiscalização, para execução dos serviços.

**3.13** Deverá ser preenchida a Ficha de Produção Diária, anexando o comprovante da pesagem da massa asfáltica e ordem de serviços diárias para fins de registro, gerenciamento e medições dos trabalhos executados.

**3.14** Fica obrigado a CONTRATADA, se necessário, realizar em até 20% (vinte por cento) dos serviços executados, a fresagem de pavimento quando à ocorrência de remendos em mau estado, áreas adjacentes a painéis, costelas, facões e depressões, acúmulos de massa asfáltica em curvas e paradas de ônibus, rupturas plásticas e corrugações, áreas com grande concentração de trincas e outros defeitos, deixando a superfície isenta de saliências diferenciadas, sulcos contínuos e outras imperfeições de construção, quando o pavimento permitir utilizando-se de minicarregadeiras equipada com implemento fresador de no mínimo 35cm e no máximo 50 cm de largura, com carreta;

**3.15** Os resíduos oriundos dos serviços de fresa, limpeza e requadramento, deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após a completa execução do serviço;

**3.16** A remessa, a descarga e o transporte e a disposição final dos resíduos deverá ser efetuada pela CONTRATADA e a descarga em local indicado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires;

### **4. ENSAIOS**

**4.1** A fiscalização poderá providenciar amostras aleatórias e encaminhar para ensaio do Grau de Compactação da Massa Asfáltica aplicada, sendo aceito (considerado como bom desempenho) um grau de compactação utilizando como parâmetro Marshall entre 97% a 100%, custeadas pela CONTRATADA. Está prevista uma amostra a cada 100 toneladas de concreto asfáltico aplicado.

**4.1.1** A CONTRATADA indicará o laboratório acreditado pelo INMETRO segundo requisitos da NBR ISO / IEC 17025, integrante da Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios. A rela-

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

ção dos laboratórios bem como os custos dos ensaios poderão ser consultados pelos proponentes em qualquer dos laboratórios constantes no site do INMETRO [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br).

**4.2** Deverá ser efetuada verificação geométrica do acabamento do serviço, onde a superfície do buraco tapado deverá coincidir com o nível do pavimento existente, contíguo ao serviço executado, não apresentando desníveis (flechas) acima de 0,5 cm, conforme ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA ET-DE-POO/027 do DERSA/DERSP, feita com um conjunto de réguas de 3,00 e 1,20 m.

### **4.3 DO REDUTOR DE PAGAMENTO**

**4.3.1** Serviços com bom desempenho serão remunerados em 100% do valor da tonelada registrada em ata de Registro de Preços, utilizando como parâmetro Marshall o grau de compactação entre 98% a 100%.

**4.3.2** Na hipótese de serem constatados, por meio de verificações aleatórias realizadas pela contratante, serviços realizados com grau de compactação da massa asfáltica aplicada inferior a 98% e superior a 97% (inclusive) em mais de 5% das amostras ensaiadas, as medições dos serviços realizados no mês para efeito de pagamento sofrerão uma redução de 10% sobre o valor da tonelada.

**4.3.3** Graus de compactação entre 97% e 96% em mais de 5% das amostras ensaiadas sofrerão uma redução de 20% sobre o valor da tonelada, e graus de compactação inferior a 96% em mais de 5% das amostras não serão aceitos, devendo o serviço ser refeito.

## **5. CONTROLE DIGITAL**

**5.1** Todos os serviços executados deverão ser controlados digitalmente. Deverão ser tiradas fotografias nas seguintes fases: 1ª inicial (fotografia do buraco a ser reparado), 2ª após a preparação do local, com o requadramento e limpeza, antes da colocação da pintura de ligação e 3ª final, aplicação da massa asfáltica e conclusão do reparo, devidamente georreferenciadas, com seus respectivos endereços transcritos devidamente enviadas on-line para um Sistema de Gestão disponibilizado pelo COMPROMISSÁRIO, num prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a conclusão dos serviços, para consulta "on-line" da fiscalização e dos próprios municípios. Tal controle deverá também ser impresso e inserido no processo de pagamento dos respectivos serviços prestados. Para os serviços onde houver necessidade de "abertura de caixa para reforço de base e/ou reforço de subleito conforme itens 3 e 4 Tabela Estimativa, deverá o COMPROMISSÁRIO tirar fotografias nas seguintes fases: 1ª inicial (fotografia do buraco a ser reparado), 2ª após a preparação do local, com a abertura de caixa, antes da colocação do material complementar (Bica corrida, BGS, rachão), 3ª após a colocação do material complementar, 4ª aplicação da pintura de ligação e 5ª final, aplicação da massa asfáltica e conclusão do reparo.

**5.2** A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios, a serem acessados a qualquer tempo via internet, com foto e data de início e final dos serviços realizados transcritos em editor de texto WORD ou outro sistema compatível, com filtro de data inicial e final e com possibilidade de filtro por caminho.

**5.3** A CONTRATADA também deverá disponibilizar relatórios, a serem acessados a qualquer tempo via internet, contendo o percurso dos veículos/caminhões de cada equipe, com horário e trajetos percorridos.

## **6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**6.1** A realização de reparos asfálticos de maior extensão para a correção de afundamentos, corrugações ou enchimento de trilhas de rodas, só será permitida mediante autorização expressa da Fiscalização.

**6.2** As quantidades poderão ser aumentadas, conforme as necessidades, a critério da Administração e, quando for o caso, com expressa concordância da Detentora da Ata e da Secretaria de Serviços Urbanos.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**6.3** Os serviços deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro / responsável pela Fiscalização da unidade contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

**6.4** Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a CONTRATADA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

**6.5** O não comparecimento da CONTRATADA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste anexo acarretará a aplicação de sanções a CONTRATADA.

**6.6** Os documentos relativos aos serviços diários deverão ser reunidos em ordem crescente de dia da semana e encaminhados à fiscalização da unidade contratante até o segundo dia útil da semana seguinte à trabalhada.

**6.7** Compete a CONTRATADA manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de fornecimento e aplicação, devendo as unidades contratantes manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.

**6.8** Todos os veículos/equipamentos constantes deste anexo a serem utilizados para execução dos serviços, deverão, ser submetidos à prévia vistoria técnica e aprovação, mediante a análise das características impostas pelo Edital, junto à Secretaria de Serviços Urbanos, a ser realizada pelo responsável pela fiscalização do contrato, que expedirá "Laudo de Conformidade", na presença do representante legal da CONTRATADA, dois dias úteis após a adjudicação do presente certame, sem a qual o mesmo não será homologado.

**6.9** Para esta vistoria, deverão ser apresentados os seguintes documentos: (a) relação de equipamentos; (b) cópia autenticada dos Certificados de Registro e Licenciamento dos caminhões; (c) cópia autenticada dos comprovantes de pagamento do IPVA e/ou documento hábil de propriedade ou posse, mediante contrato de arrendamento mercantil ("leasing") ou outro documento equivalente.

**6.10** Além das condições previstas neste Edital, será verificada na vistoria técnica a isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos/equipamentos.



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: TERRA MIX PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 061/2022

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conservação e manutenção do sistema viário municipal (recomposição pavimento asfáltico) em diversos locais do Município.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*)\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 03 de Janeiro de 2022.**

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Clóvis Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 040.664.058-00

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Rubens Fernandes da Silva

Cargo: Secretário de Zeladoria e Manutenção Urbana

CPF: 107.744.468-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Rubens Fernandes da Silva

Cargo: Secretário de Zeladoria e Manutenção Urbana

CPF: 107.744.468-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Pela CONTRATADA:**

Nome: Angelica Megumi Sekitani Alves de Oliveira

Cargo: Diretora

CPF: 097.091878-05    RG: 18.117.880-1

Data de nascimento: 21/09/1969

E-mail institucional: contato@terramixsp.com.br

E-mail pessoal: contato@terramixsp.com.br

Telefone celular: (11) 4823-9216

Endereço residencial: Rua Ubirajara, 166, Ouro Fino Paulista, Ribeirão Pires - SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Rubens Fernandes da Silva

Cargo: Secretário de Zeladoria e Manutenção Urbana

CPF: 107.744.468-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

:

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.